

16 JUL 1997

26 JUL 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

A estratégia redescoberta

governo está recorrendo a idéia de estratégia econômica. Pelo menos os três fatores tornam obrigatório projetar políticas de médio e de longo prazos, para um período de até dez anos: o risco de uma crise cambial, a integração nos mercados regional e mundial e a consciência, cada vez mais clara, dos entraves políticos ao crescimento. Goste-se ou não de especular sobre o futuro, a política externa fixa prazos. É preciso saber como estará o poder de competição do Brasil em 2006, quando deverá vigorar plenamente, no Mercosul, a tarifa externa comum. Também nessa época poderá estar começando mais uma etapa de redução tarifária, se a integração hemisférica tiver sido negociada até 2005. Além disso, uma nova discussão global só poderá iniciar-se quando

Liberalização e abertura comercial não tornaram obsoleto o planejamento, nem nas empresas, nem no governo. Ao contrário: conciliar estabilidade dos investimentos econômicos e a criação de empregos na economia aberta e sujeita a pressões sem precedentes, requer do governante uma visão estratégica

mais complexa que a da anterior. Durante décadas, foi possível, com ou sem democracia, fechar o mercado, fixar metas de substituição de importações e administrar politicamente a acumulação. Essa política deixou de ser funcional e durou mais do que o razoável, no Brasil. Quando se conseguiu abandoná-la, abandonou-se também o planejamento, atrofiou-se o governo e abriu-se a economia aos trambohões.

Essa deficiência não foi eliminada pelo programa *Brasil em Ação*, primeiro ensaio de planejamento de uma equipe concentrada nas tarefas imediatas do Plano Real. A perspectiva de longo prazo está sendo criada agora, tanto pelos críticos mais consequentes da política oficial quanto por técnicos do governo. O estudo intitulado *O Brasil na Virada do Milênio*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dá ao presidente e à equipe econômica um bom instrumental para tratar as questões de maior interesse. Não se trata, nas 41 páginas do trabalho, de construir previsões e há uma clara advertência quanto a isso na página 69. O objetivo

é traçar uma trajetória viável de crescimento, com a identificação dos principais obstáculos e das condições críticas. Algumas dessas condições, como um cenário internacional sem sobressaltos, independem do governo brasileiro. Isto realça a importância de fatores como a credibilidade da política econômica, indispensável para atrair os capitais necessários. Adota-se, no estudo, a hipótese de um

déficit em conta corrente em torno de 4% do Produto Interno Bruto, em média, ao longo do período. Esse desequilíbrio poderá diminuir, gradualmente, mas, para isso, exportação e importação de mercadorias terão de praticamente equilibrar-se entre 2003 e 2006, com receita anual, nessa fase, de US\$ 106,2 bilhões e despesa de US\$ 106,8 bilhões. O investimento nesse quadro hipotético terá de crescer de 16,1% do PIB em 1996 para 22,5%, em média, nos quatro anos finais dessas condições, o crescimento da produção poderá evoluir de 4% ao ano, em média, entre 1997 e 1999, para

6,9% entre 2003 e 2006. O impulso, nesse caso, será maior a partir do ano 2000, quando os efeitos do ajuste e do esforço inicial de investimento serão mais sensíveis. Esse quadro nada contém de espetacular e, no entanto, esses números

**É preciso pensar
em 2006: o País
terá de enfrentar
uma competição
muito mais dura e
o tempo é curto**

dependerão de um importante esforço de contenção e, tão importante quanto isso, de recomposição do gasto público. A carga tributária, segundo a hipótese

adotada, não deverá aumentar, permanecendo em torno de 30% do PIB. Cumpridas essas e outras condições, a grande mudança realizada até 2006 terá sido qualitativa: com investimentos corretos, tanto públicos quanto privados, dois terços do aumento econômico podem resultar, dentro de dez anos, dos ganhos de produtividade, ficando o resto por conta dos fatores materiais. Hoje, a produtividade explica cerca de um quarto do crescimento. Quando se pensa no tamanho da transformação necessária, o prazo de dez anos pode até parecer muito curto.